



## A escola normal de Uberlândia e a formação de professores entre os anos de 1970 e 1990

*Carlos Henrique de Carvalho*

Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Brasil

*Clarissa Betanho Inácio*

Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Brasil

### RESUMO

Este estudo é parte da dissertação defendida no ano de 2017, que propôs investigar as estratégias para a formação de professores entre os anos de 1970 e 1990, recorte esse definido por meio da análise de legislações educacionais e documentos da Escola Normal de Uberlândia como diários de classe e regimentos internos da instituição de ensino Colégio Estadual Uberlândia, e entrevistas com ex-professores que ministraram aulas no curso normal da referida escola. Contou-se também com o estudo de um referencial teórico do município em questão para compreensão do momento histórico ali vivido. Para tal, foram utilizados autores como Soares (1995), Gatti e Inácio Filho (2002, 2007). Para compressão do contexto nacional, foi utilizado como referência Napolitano (2014), e para a discussão sobre formação de professores, Saviani (2009). Assim, foi possível compreender o processo de organização da formação docente no município de Uberlândia, tendo em vista as características sociais, econômicas, políticas e educacionais do período. Podemos afirmar que a Escola Normal oscilou entre a necessidade de formação de seus professores e as dificuldades de se instalar e se consolidar enquanto instituição, capaz de atender ao projeto de expansão do sistema educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituição Escolar. Escola Normal. Formação de Professores.

### THE NORMAL SCHOOL OF UBERLAND AND THE TRAINING OF TEACHERS BETWEEN 1970 AND 1990

### ABSTRACT

This study is part of the dissertation defended in the year 2017 that proposed to investigate the strategies for the formation of teachers between the years of 1970 and 1990, a cut that is defined through the analysis of educational legislation documents of the Normal School of Uberlândia as class diaries and internal regiments of the Collegio Estadual Uberlândia, and interviews with former teachers who taught classes in the normal course of the Uberlândia State School. There was also a study of a theoretical reference of the municipality in question to understand the historical moment lived there. For this purpose actors such as Soares and Gatti and Inácio were used. For the compression of the national context Napolitano (2014) was used and for the discussion about teacher training Saviani. Thus, it was possible to understand the process of organization of teacher education in the city of Uberlândia, considering the social, economic, political and educational characteristics of the period. We can affirm that the Normal School oscillated between the need of training of its teachers with the difficulties of establishing itself

and consolidating itself as an institution capable of attending to the expansion project of the educational system.

**KEY WORDS:** School Institution. Normal School. Teacher Training.

## **LA ESCUELA NORMAL DE UBERLANDIA Y LA FORMACIÓN DE PROFESORES ENTRE LOS AÑOS DE 1970 Y 1990**

### **RESUMEN**

Este estudio es parte de la disertación defendida en el año 2017, que propuso investigar las estrategias para la formación de profesores entre los años 1970 y 1990, recorte ese definido por medio del análisis de legislaciones educativas y documentos de la Escuela Normal de Uberlândia como diarios de trabajo y en las entrevistas con ex profesores que impartieron clases en el curso normal de dicha escuela. Se contó también con el estudio de un referencial teórico del municipio en cuestión para la comprensión del momento histórico allí vivido. Para ello se utilizaron autores como Soares (1995), Gatti e Ignacio Filho (2002, 201). Para la comprensión del contexto nacional, fue utilizado como referencia Napolitano (2014) y para la discusión sobre formación de profesores Saviani (2009). Así fue posible comprender el proceso de organización de la formación docente en el municipio de Uberlândia, teniendo en cuenta las características sociales, económicas, políticas y educativas del período. Podemos afirmar que la Escuela Normal osciló entre la necesidad de formación de sus profesores y las dificultades de instalarse y consolidarse como institución, capaz de atender al proyecto de expansión del sistema educativo.

**PALABRAS CLAVE:** Institución Escolar. Escuela Normal. Formación de Profesores.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2017 cujo tema norteador foi a formação docente daqueles que cursaram o magistério entre os anos de 1970 e 1990, tendo como metodologia o estudo bibliográfico, a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, com alguns professores que deram aulas no ensino de 2º grau com habilitação em Magistério de 1º grau na cidade de Uberlândia - Minas Gerais.

O primeiro momento da pesquisa voltou-se para análise do projeto junto ao orientador, para o qual foram adotadas como metodologias apenas o estudo bibliográfico e a pesquisa documental. O estudo bibliográfico voltou-se para a leitura do referencial teórico que daria suporte para a elaboração da escrita textual, favorecendo, assim, a compreensão de alguns elementos referentes ao período de recorte tanto do município de Uberlândia quanto da região do Triângulo Mineiro, do estado de Minas Gerais e do Brasil, tendo como foco principal os aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais. A pesquisa documental voltou-se para a coleta de dados junto à Secretaria Regional de Ensino de Uberlândia, a Escola Estadual de Uberlândia, o *site* da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais e o Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatísticas (IBGE) de Uberlândia, bem como no *site* desta instituição<sup>1</sup>. Esses dados contribuiriam para a análise do período e da temática em questão.

O primeiro momento da pesquisa voltou-se para o levantamento das escolas estaduais que ofereciam o curso normal, ou seja, as instituições escolares de 2º grau com habilitação em Magistério de 1º grau, o qual capacitaria para o exercício da profissão docente entre o pré-escolar e a 4ª série, entre os anos de 1970 e 1990. Essa pesquisa foi realizada na Secretaria Regional de Educação (SRE) do município de Uberlândia, sendo possível detectar que a primeira instituição pública a ser criada e a oferecer o curso de magistério no referido município foi o Colégio Normal Oficial anexo ao Colégio Estadual de Uberlândia<sup>2</sup>, por meio da Lei nº 3.282 de 14 de dezembro de 1964<sup>3</sup>.

O segundo momento da pesquisa deteve-se no contato com a direção da instituição de ensino Escola Estadual Uberlândia, que ainda exerce suas atividades, com intuito de recolher dados sobre a escola e o ensino normal ali ministrado. Esse momento foi um tanto quanto conturbado, pois houve resistência por parte da direção em liberar o espaço escolar para a pesquisa. Primeiramente foi liberado o acesso aos diários escolares após muita persistência. Em seguida, houve outra resistência, quanto à liberação ao acesso à documentação do curso normal dos anos de 1970 a 1990 da referida instituição. O acesso, porém, a essa documentação foi restrito, o que não contribuiu para a análise documental mais profunda da instituição no que se refere ao curso normal. Assim, foi necessário repensar a metodologia adotada, tendo que retomar a ideia das entrevistas semiestruturada. Para a realização desta, foi possível contatar cinco professores que ministraram aulas no curso normal no Colégio estadual Uberlândia. Desses, apenas quatro aceitaram ser entrevistados.

---

<sup>1</sup> No período de estudo (anos de 1970 a 1990), o IBGE voltou suas pesquisas para obtenção de dados mais mercadológicos, o que dificultou a obtenção de dados como: número de instituições escolares no município de Uberlândia, número de escolas que ofertavam o ensino normal nesse município. Assim, alguns dados que seriam necessários acrescentar neste estudo não estão presentes devido à ausência de estudos voltados para sua coleta.

<sup>2</sup> Em 1912, começou a funcionar o Ginásio de Uberabinha, como instituição particular sob a direção do Sr. Antonio Luiz da Silveira. O nome do ginásio foi escolhido para homenagear a cidade que estava em constante expansão. Funcionou durante mais de uma década em espaço precário, até que foi construído um prédio adequado e capaz de abrigar milhares de estudantes, durante várias gerações. O prédio da escola foi construído em uma região central da cidade e possui estilo neoclássico. Em 1918, por meio da união e financiamento de personagens como: Arlindo Teixeira e seu filho, Tito Teixeira; José Nonato Ribeiro; Antônio Rezende; Custódio Pereira; Carmo Gifoni e Clarimundo Carneiro, teve início a construção do prédio e, em 1921, a obra estava concluída. De 1921 a 1929, o ginásio funcionou como instituição privada, no sistema de internato, semi-internato e externato. Em 1930 começou a funcionar como instituição pública com o nome de Ginásio Mineiro de Uberabinha. (GATTI e INÁCIO FILHO, 2002, p.56). Em Borges (2002), obtivemos os seguintes dados: Pelo decreto nº 8.958 de 8 de janeiro de 1929, foi criado o Colégio Estadual de Uberlândia. A Portaria nº 385, de 26 de outubro de 1968, dá ao Colégio Estadual de Uberlândia a denominação de Escola Estadual de Uberlândia. A Portaria nº 445 de 23 de julho de 1982 reconhece na Escola Estadual de Uberlândia, o ensino de 2º Grau com as habilitações profissionais de Auxiliar de Laboratório, de Análises Químicas e de Magistério de 1º Grau (Professor de 1ª a 4ª série).

<sup>3</sup> A Lei nº 3.282 de 14/12/1964 criou o Colégio Normal Oficial anexo ao Colégio Estadual de Uberlândia, tendo em seu Art. 3º a seguinte observação: “O Colégio Normal criado por esta lei só será instalado após provada a existência do corpo docente legalmente habilitado”, ou seja, legalmente o colégio normal foi criado, mas ainda faltava a sua implementação, que seria futura, por volta de 1965.

Foi realizada também, a coleta de dados estatísticos referentes à cidade de Uberlândia, na sede do IBGE desse município e, no *site* da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a criação de leis e decretos educacionais, dados esses que contribuiram para a compreensão do contexto do período de recorte deste trabalho como para sua escrita.

Complementarmente, foi necessário compreender, além do contexto educacional do município de Uberlândia entre os anos de 1970 e 1990, o seu contexto social, econômico e político, bem como os aspectos regionais, estaduais e nacionais, já que a educação está envolta desses processos sociais e não se desvincula deles.

A presente pesquisa contou por tanto, com os seguintes aportes metodológicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa histórico-documental (fontes pesquisadas) e a história oral. A primeira constituída por materiais já elaborados como livros e artigos científicos que orientaram a compreensão do contexto histórico do período de recorte da presente dissertação, tanto no aspecto nacional como regional e local.

A segunda contou com a análise dos documentos da instituição escolar como diários de classe e o regimento interno da Escola Estadual Uberlândia entre os anos de 1970 e 1990.

A terceira colaborou para uma maior análise do curso normal ofertado pela Escola Estadual Uberlândia, momento esse em que foram realizadas entrevistas com três professoras e um professor que lecionaram nesse ensino e nessa instituição entre os anos de 1970 e 1990, como complemento da ausência de documentação para a escrita dessa dissertação.

Desse modo, foi possível compreender a implementação do curso normal ofertado por uma instituição de ensino pública e seus impactos para a sociedade uberlandense, considerando o contexto histórico, social e econômico do período de recorte sob a influência de um regime ditatorial implementado no Brasil.

## **2 UBERLÂNDIA: EM BUSCA DE DESENVOLVIMENTO E PROJEÇÃO NACIONAL**

Optou-se para o recorte temporal pelos anos de 1970 a 1990, período esse em que ocorreram diversas transformações no país, tanto no âmbito econômico como político e educacional. Essas mudanças se intensificaram após a implementação do Estado Militar (1964 – 1985), período esse em que houve grandes mudanças em todas as modalidades educacionais com a modificação principalmente do ensino de 1º e 2º graus através da reformulação da LDB de 1961 por meio da Lei n. 5.692 de 1971, auxiliadas também pelo processo de desenvolvimento das cidades e incentivado principalmente pela migração do homem do campo para as áreas urbanizadas.

Esse processo de urbanização foi favorecido pelo Governo Militar, que incentivou o processo de industrialização nacional, tendo em vista o desenvolvimento do país. Esse teve influências na região do Triângulo Mineiro, que, de acordo com a Tabela 1, originou o processo de migração do homem do campo para o meio urbano, gerando um crescimento populacional neste e um declínio populacional no campo. O que se pretendia era um crescimento econômico que tornasse o Brasil um destaque mundial, e, com a população predominantemente rural, isso seria quase inviável.

**Tabela 1:** Triângulo Mineiro: taxas médias de crescimento populacional – 1940/1980

MUNICÍPIO	TOTAL (%)	URBANA (%)	RURAL (%)
Uberlândia	4,45	6,05	- 1.89
Uberaba	2,09	4,04	- 1.26
Ituiutaba	2,54	7,22	- 2.23
Araxá	3,28	4,16	- 1.97
Araguari	2,18	3,78	- 1.89

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1940/80.

Ao mesmo tempo em que havia o crescimento populacional urbano entre os anos de 1940 e 1980, é importante ressaltar que nesse mesmo período as taxas de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas diminuía, apesar de os números absolutos crescerem consideravelmente, como mostra o Tabela 2 a seguir:

**Tabela 02** – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1940/1980

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total <sup>1</sup>	Analfabeta <sup>1</sup>	Taxa de analfabetismo
<b>1940</b>	23.648	13.269	56,1
<b>1950</b>	30.188	15.272	50,6
<b>1960</b>	40.233	15.964	39,7
<b>1970</b>	53.633	18.100	33,7
<b>1980</b>	74.600	19.356	25,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Nota: (1) em milhares.

Contudo, é necessária a redução das taxas de analfabetismo assim como é emergente também a redução do número absoluto de analfabetos em uma faixa etária em que não deveria haver pessoas que não soubessem ler nem escrever, o que não fez retroceder o progresso e crescimento econômico tão almejado pela elite política nacional.

Apesar do notório crescimento da população urbana advindo da industrialização desse espaço em âmbito nacional, este tinha o intuito de fazer o Brasil progredir, porém, no que tange ao campo educacional pouco e até mesmo em nada se observou em termos de avanços, o que pode ser elucidado pela tabela abaixo:

**Tabela 03** - Alfabetização das pessoas de 5 anos e mais por sexo, segundo grupos de idade – 1970 - (Brasil)

SABEM LER E ESCREVER						
Grupos de Idade	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
5 a 9 anos	1.709.203	863.141	846.062	461.923	226.052	235.871
10 a 14 anos	1.559.370	782.849	776.521	1.132.721	554.771	577.950
15 a 19 anos	1.330.662	651.146	679.516	1.017.233	489.483	527.750

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, 1970

A população do país crescia com predominância da população urbana, porém os números de pessoas que não sabiam ler e escrever eram alarmantes. No ano de 1970, como mostra o Tabela 3, existiam ainda no Brasil 1.247.280 pessoas entre 5 e 9 anos que não sabiam ler e escrever. Esse número se reduzia para a idade entre 10 e 14 anos de idade, chegando a 426.649, e entre os 15 e 19 anos de idade esse número chegava a 841.179. Esses dados somados dariam uma estimativa de 2.515.108 pessoas em idade escolar que não sabiam ler nem escrever, ou seja, pessoas entre 5 e 19 anos de idade tanto das áreas urbanas quanto das áreas rurais do país sem o mínimo de instrução escolar.

A partir do momento em que as atenções dos governantes passam do campo para as cidades, do latifúndio à indústria, mudam também as prioridades e, assim, o foco desenvolvimentista do país. Anteriormente, com as atenções voltadas para o campo, a educação ficava excluída, pois em nada contribuiria para a manutenção das relações de poder entre o latifundiário e seus trabalhadores rurais. A partir do momento que os interesses políticos e econômicos se voltam para as áreas urbanas e conseqüentemente para o processo de industrialização, a educação passa a ter papel importante, pois a indústria necessitava de trabalhadores que tinham o básico de instrução, ou seja, que sabiam ler e escrever, que seria viabilizado pelo processo educacional. Era preciso agora um trabalhador instruído para trabalhar na indústria, para além daquele trabalhador braçal do campo que não necessitava de uma instrução escolar.

O município de Uberlândia assumiu um histórico desenvolvimentista e urbano populacional crescente, adentrando essa região mineira o espírito de progresso atrelado à ordem e reforçando o controle e a manutenção do poder governamental e de sua elite, como o que ocorria na administração do Governo Federal. Essa cidade, de acordo com Soares (1995), buscava por meio de sua elite desde os anos de 1950 um foco tanto no seu crescimento quanto

no seu reconhecimento nacional, já que se trata de uma região interiorana. No entanto, sem se desvincular do desenvolvimento nacional e sem perder as características próprias da região:

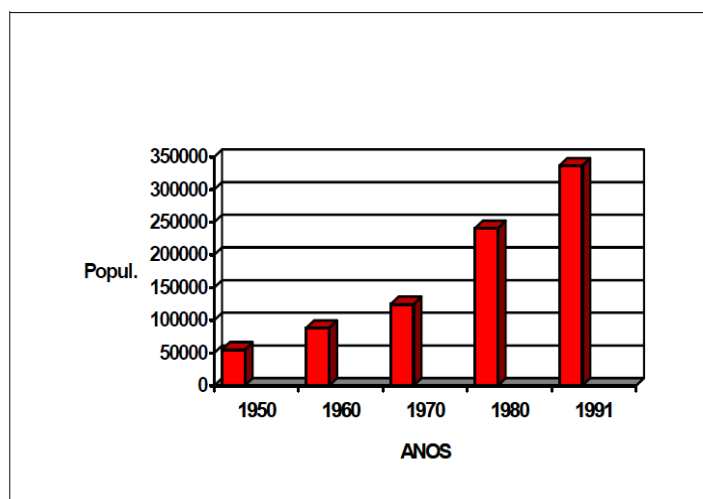
A região do Triângulo Mineiro possui uma formação histórica específica, na qual sua sociedade, com determinado modo de produzir e com uma intensa representatividade política, sem se contrapor ao processo de desenvolvimento do país, criou e preservou uma identidade social e econômica, que se encontra materializada em diversas partes de seu território, reforçada por uma intensa prática regionalista (SOARES, 1995, p.55).

Uberlândia passa, então, a ocupar um posicionamento econômico importante, ligando regiões de destaque do Brasil que contribuíram ainda mais para seu desenvolvimento e crescimento urbano e populacional. Quanto ao primeiro, Soares (1995) diz que esse processo de urbanização no Brasil passou por diversas modificações, tanto do consumo como da terceirização de serviços e de migrantes vindos do campo, fazendo surgir uma divisão interurbana das cidades no que tange a produção de bens, possibilitando que metrópoles e cidades intermediárias crescessem na mesma medida, gerando nessas uma vida econômica e social mais ativa, sem se descaracterizar de suas raízes regionais.

Esse processo de êxodo rural, desencadeado desde os anos de 1950, foi um processo anterior ao governo militar, porém foi incrementado por ele sem as devidas políticas sociais adequadas. Napolitano (2014) refere-se a esse movimento durante o período militar, como atenuante dos baixos salários e das dificuldades vividas pelos migrantes, devido o emprego dos tempos de milagre e do controle da inflação, que influenciaram de modo drástico e, sobretudo, nos itens básicos de subsistência, expressando um dos mais drásticos e súbitos casos de êxodo rural de toda a história. Para esse autor, as cidades brasileiras pagam o preço desse déficit social até os dias atuais, marcados pela precariedade das moradias dos mais pobres, pela violência em bairros populares, pelo aumento da criminalidade, pela carência de equipamentos, transporte e de saneamento básico.

No que se refere ao município de Uberlândia, ele sofreu o mesmo processo migratório, tendo sua população entre os anos de 1950 e 1991 atingido um acréscimo considerável como mostrado no Gráfico 01, a seguir:

**Gráfico 01:** Crescimento Populacional de Uberlândia (1950-1991)



Fonte: Soares (1995).

Com o grande e acelerado crescimento urbano de Uberlândia mostrado no Gráfico 01, era necessário que sua estrutura social e econômica também crescesse na mesma proporção, viabilizando um desenvolvimento saudável e estrutural, o que não ocorreu com o inchaço populacional, outros problemas foram sendo agravados, como moradia, escolarização, saúde e lazer.

O discurso do *progresso e da ordem* em Uberlândia foi assim como em outras regiões do território nacional. De acordo com Soares (1995), foi exaustivamente divulgado, tendo os jornais e as revistas da cidade reproduzido esse ideal juntamente com os grupos dominantes, que tinham o sonho de tornar Uberlândia uma *metrópole regional*, sob seu controle, mantendo a ordem burguesa e a disciplina social.

Esse contexto regional e local, voltado para o desenvolvimento e influenciado pelos anseios políticos e econômicos disseminados pelo governo federal, fez surgir a remodelação da sociedade e do espaço urbano da cidade de Uberlândia. Essas, acompanhadas dos interesses das elites econômicas e políticas do município, que mais tarde acabaram por refletir no campo educacional desse espaço, principalmente após a instalação do governo militar, que reestruturou todo o sistema de ensino do país por intermédio de leis e decretos, como veremos no próximo tópico.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO BRASIL E NO ESTADO DE MINAS GERAIS (1970-1990)**

O Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação e Cultura, em parceria com o governo do estado de Minas Gerais aprovam em maio de 1970 o Convênio de Expansão e Melhoria do Ensino Primário (PREMEM). O governo estadual, assim, segundo esse convênio,



deveria investir valores progressistas anualmente na educação primária, investindo em infraestruturas e formação de professores e na capacitação dos profissionais já atuantes na educação, melhorando o salário desses profissionais, se responsabilizando pela melhoria dos currículos escolares, atendimento da demanda de alunos e acesso das classes mais baixas ao ensino médio com destaque na rede polivalente. Em contrapartida, o Governo Federal liberaria verbas para a melhoria dessas, auxiliando nos gastos, desde que o estado conseguisse cumprir com suas obrigações e mostrasse resultados. De acordo com essa parceria:

As escolas a serem criadas e construídas integrarão uma variedade de experiências pré-vocacionais nas artes industriais, técnicas comerciais, economia doméstica ou educação para o lar e técnicas agrícolas e as áreas tradicionais de estudo de idiomas, de estudos sociais, matemática, ciências, artes e educação física. Oferecerão ao estudante um número mais variado de matérias dentro das múltiplas linhas do programa escolar planejado de acordo com as reais necessidades da comunidade que demanda o ensino médio. Além disso, o Programa ajudará a oferecer oportunidades de ensino médio a um número maior de jovens através de contribuições efetivas para a melhoria das condições materiais e administrativas destinadas a aprimorar o fluxo de estudantes dentro das escolas (BRASIL, Resolução 925, de 27/05/1970).

O acordo efetivado entre governo federal e estadual propõe o acesso de jovens ao ensino médio, de modo que este se volta para o mercado de trabalho, sendo implementadas disciplinas pré-vocacionais aos estudantes do ensino médio, dando maiores oportunidades aos alunos de classe mais baixa. Essa proposta reduziria ainda mais o acesso desses jovens de classes baixas em instituições de ensino superior, ampliando o acesso à educação até o ensino médio apenas por meio de um ensino profissionalizante voltado para o mercado de trabalho.

No ano de 1971 é instituída a reforma dos ensinos primários e secundários, através da Lei nº5.962/71, uma das maiores contribuições do governo militar à educação.

O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a lei n. 5.962/71 (Brasil, 1971) modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo curso normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau (SAVIANI, 2009, p.147).

Para o autor, essa reforma contribuiu para a redução ainda maior da formação docente que lecionaria no ensino primário, passando essa a ser ofertada por meio de uma formação geral. A Escola Normal daria assim espaço à Habilitação Específica do Magistério (HEM) de 2º grau permitindo que os profissionais que dali saíssem atuassem no magistério do ensino de 1º grau, além de estabelecer um currículo comum mínimo para os ensinos de 1º e 2º graus.

Para aqueles que iriam lecionar até a 4ª série, a formação exigida seria HEM com duração de 3 anos, somando 2.200 horas, e para aqueles interessados em lecionar até a 6ª série, a formação exigida seria de 4 anos, totalizando 2.900 horas, tornando-se preocupante, na medida em que foi reduzida apenas a uma habilitação.

Para as quatro últimas séries do ensino de 1º grau e para o ensino de 2º grau, a lei n. 5.692/71 previu a formação de professores em nível superior, em cursos de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração). Ao curso de Pedagogia, além da formação de professores para habilitação específica de Magistério (HEM), conferiu-se a atribuição de formar os especialistas em Educação, aí compreendidos os diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino. (SAVIANI, 2009, p.147).

Para os demais níveis de ensino (da 7ª série ao 3º ano do 2º grau), a reforma de ensino de 1º e 2º graus previa a formação docente em nível superior por meio de cursos de licenciatura. O curso de Pedagogia ficaria encarregado de formar os professores que iriam lecionar nas escolas de HEM bem como os especialistas educacionais.

Percebemos então que Uberlândia cresceu em termos sociais e econômicos, durante toda a sua trajetória histórica, claro, por intermédio de sua classe política e econômica, que também se esforçou na criação de escolas de primeiro e segundo grau nesse município, pois:

Nessa ótica, o papel dos docentes, professoras e professores, ganhariam especial relevo na constituição moral, na formação das novas gerações. Se os grupos escolares simbolizavam o projeto republicano de escola de massas que papel coube aos colégios secundários que se instalaram na Europa e no Brasil desde o início da época moderna e que no caso brasileiro permaneceram com poucas modificações até a Lei 5692 de 1971 (GATTI; INÁCIO FILHO, 2007, p.2).

Ou seja, se a elite uberlandense almejava tanto o progresso e a ordem do município de Uberlândia, deveria, assim como as demais regiões brasileiras que vinham se desenvolvendo, como o caso do estado de São Paulo, investir na educação e na instalação de escolas, já que por parte do Estado esse ideal ficou apenas no papel. Essas escolas, no entanto, tinham o intuito de contribuir para a disseminação do projeto de ordem e progresso elitista, marcado também pela transição de uma sociedade rural para urbana, que necessitava de uma população letrada e com o domínio da leitura e da escrita.

Essa transição social significou para além do aspecto desenvolvimentista das cidades a organização do sistema de ensino, por parte do Estado, que até então estavam delegados à ordem religiosa. Afinal, por meio da educação pública seria possível disseminar, como ressaltam Gatti e Inácio Filho (2007), um projeto político de poder. Porém, para que essa meta fosse possível de ser atingida, era primeiramente necessário pensar em uma formação de professores que disseminariam tal projeto.

No ano de 1968, o Estado de Minas Gerais, pelo decreto 10.937, dispõe sobre a posse dos professores e regentes do ensino primário, que posteriormente foi revogado pela Lei 7.109 de 13 de outubro de 1977. O decreto passou a ser lei. O primeiro capítulo dessa lei trata sobre os objetivos do magistério público no Estado de Minas Gerais:

Art. 1º - O presente Estatuto dispõe sobre o pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, com os seguintes objetivos:

I - estabelecer o regime jurídico do pessoal do Quadro do Magistério;

II - incentivar a profissionalização do pessoal do magistério, mediante a criação de condições que amparem e valorizem a concentração de seus esforços ao campo de sua escolha;

III - assegurar que a remuneração do professor e do especialista de educação seja condizente com a de outros profissionais de idêntico nível de formação.

IV - garantir a promoção na carreira do professor e do especialista de educação de acordo com o crescente aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, independentemente da atividade, área de estudo, disciplina ou grau de ensino em que atuem (BRASIL, Lei 7109 de 13/10/1977).

A Lei 7.109 de 1977 passa então a estruturar a carreira docente do Estado de Minas Gerais, por meio da estruturação do quadro docente, da valorização dos profissionais da educação considerando seu aperfeiçoamento e tempo de serviço e igualando a sua remuneração aos dos demais profissionais com o mesmo nível de formação. Inicia-se por meio desta lei a valorização dos profissionais da educação do estado de Minas Gerais em termos salariais.

É notório o esforço que o Estado de Minas Gerais e a Federação realizaram em termos legais a partir do fim dos anos de 1960 e durante os anos de 1970, para estruturarem a carreira docente, sua formação e ao mesmo tempo, o ensino primário. Essas estratégias foram necessárias e emergentes tanto na tentativa de alfabetizar a população brasileira que até então era em grande parte analfabeta, como para auxiliarem a manutenção do poder da elite econômica e política em todo o país, e principalmente como meta para a permanência da ditadura militar por anos a fio.

Porém, ao mesmo tempo em que o Estado de Minas e o poder federal incentivavam a ampliação de escolas, se desresponsabilizavam da criação de mais escolas, muitas vezes dando espaço para que instituições particulares se apropriassem da oferta principalmente dos ensinos de 1º e 2º graus.

A partir dessas conclusões sobre o ensino normal em termos legais tanto na esfera federal como estadual, iremos no próximo tópico nos deter a esse ensino no que tange ao município de Uberlândia, detectando as influências que este sofreu do governo militar, entre os anos de 1970 e 1980.

#### **4 O CURSO NORMAL DA ESCOLA ESTADUAL UBERLÂNDIA**

Para compreender a formação de professores que iriam lecionar em turmas de pré-escolar a 4ª série no município de Uberlândia, contamos com algumas documentações para análise do período de 1970 a 1990 como diários escolares, grades horárias e regimento interno escolar do respectivo período, além de entrevistas com ex-professores do curso normal. Essas foram essenciais à complementação da documentação, pois a dificuldade de acesso a esta deixou algumas lacunas. No total, foram entrevistados 3 professoras e 1 professor que ministraram aulas no curso normal no período em tela. Desses entrevistados, duas professoras ainda trabalham na escola, 1 como diretora (Yolanda) e a outra na função de vice-diretora do período vespertino (Carmem). Os demais, Adeniron e Maristela, já se aposentaram.

Quanto ao período em que os professores entrevistados ministraram aulas no curso normal da Escola Estadual Uberlândia, Yolanda se lembra de ter ministrado aulas por volta do ano de 1989, Carmem entre os anos de 1984 a 1998, Adeniron entre os anos de 1979 a 2002 e Maristela a partir dos anos de 1980.

Em relação aos princípios específicos da instituição e tendo em vista os fins da educação nacional, os objetivos da Escola Estadual Uberlândia de acordo com seu regimento interno eram:

- a) Possibilitar ao educando oportunidade para o desenvolvimento de suas potencialidades, tendo em vista o atendimento às diferenças individuais;
- b) Favorecer atividades destinadas a afeiçoar o aluno ao trabalho;
- c) Promover estudos visando a adequação de novos métodos à situação ensino-aprendizagem;
- d) Manter o intercâmbio comunidade-escola, dando oportunidade e integração do aluno no seu meio físico e social (Regimento Interno da Escola Estadual Uberlândia, dos anos de 1980).

O objetivo da escola, de acordo com seu regimento interno, seria o de atender a demanda de alunos existentes e suas individualidades, favorecendo a proximidade desses ao mercado de trabalho por meio do intercâmbio entre escola e o meio que eles vivem. O ensino voltado para a formação dos sujeitos trabalhadores é forte e presente na documentação escolar.

Em relação às falas dos entrevistados, quando questionados sobre os princípios do curso normal da Escola Estadual Uberlândia, Adeniron acredita que o curso não oferecia uma base

adequada para os futuros docentes, quanto a sua qualificação, ou seja, ele mesmo acreditava que o curso normal não dava uma base teórica nem prática que permitisse aos seus alunos atuarem como docente em sala de aula:

*Primeiramente o trabalho, uma vez que o curso normal era uma maneira mais rápida de consegui-lo. As alunas do período noturno, em sua maioria, procuravam entrar no mercado de trabalho. Já a maior parte das alunas do diurno buscavam apenas a conquista de um diploma do 2º grau. Embora, particularmente, eu não considerasse que o curso preparava totalmente para o trabalho docente, uma vez que lidar com alunos é muito sério e complexo (ADENIRON, 2017)*

Resposta semelhante à de Adeniron foi da professora Yolanda:

*Os princípios básicos estavam voltados em qualificar os alunos para o trabalho. A maioria dos alunos queriam dar aulas e buscavam formação para isso. A turma era constituída de pessoas que muitas vezes já estavam dando aula e vinham buscar qualificação (YOLANDA, 2017)*

Tanto para Yolanda como para Adeniron, o curso normal oferecido pela Escola Estadual Uberlândia não visava preparar um professor qualificado para dar aulas, mas preparar seus alunos para o mercado de trabalho de forma rápida. E a maioria desses alunos buscava uma formação breve para exercerem uma profissão ou até mesmo para continuar a exercer a profissão docente, já que alguns alunos já atuavam como professores, como diz Yolanda. Essas falas se ligam ao princípio da escola disseminado nos Regimentos Internos da instituição.

Para Carmem, ao contrário do que Adeniron e Yolanda falam, o curso normal oferecia aulas de metodologia e didática, o que permitia aos futuros professores trabalhar com a alfabetização, do pré-escolar até a 4ª série do ensino fundamental. Para essa professora esses conteúdos já possibilitavam uma formação mais sólida aos alunos.

Já a professora Maristela demonstra uma visão mais positiva quanto a formação de professores no curso normal:

*No período em que lecionei no magistério, o curso normal proporcionava aos alunos todo conhecimento didático pedagógico, podendo ministrar aulas com segurança. O curso proporcionava também uma formação pessoal em termos de conhecimento, de ser humano. O princípio era oferecer um curso diferente do profissionalizante, diferente de outros existentes na época, podendo oferecer uma profissionalização diferente (MARISTELA, 2017).*

Maristela, em sua fala, enfatiza que o curso normal da Escola Estadual Uberlândia tinha o propósito de ir além de profissionalizar seus alunos para o mercado de trabalho, tendo interesse e o objetivo de formar professores capacitados em termos de conhecimento, que podiam ser notados nas disciplinas ministradas e até na parte didático pedagógica do curso.

Se por um lado acreditava-se que o curso normal não formava professores aptos para alfabetizarem, por outro ele era visto como uma formação capaz de oferecer aos futuros professores o exercício de suas funções de forma integral, já que permitia uma formação didática, pedagógica e humana, essencial para o professor alfabetizador.

Quanto ao currículo da escola normal no colégio estadual Uberlândia, e de acordo com a análise dos diários escolares desse ensino, durante os anos de 1969 e 1972, eram ofertadas as seguintes disciplinas:

**Quadro 01:** Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escola Estadual Uberlândia (1969)

Ano	Disciplinas Específicas	Disciplinas Gerais
1º ano	Psicologia	Educação Moral e Cívica
	Introdução à Educação	Aritmética
	Didática	Inglês
		Ed. Artística
		Prática de Educação Física
		Teoria de Educação Física
2º ano	Didática Estudos Sociais	Sociologia
	Didática de Ciências	Prática de Educação Física
	Didática da Linguagem	Teoria de Educação Física
	Didática Ciências Matemática	Inglês
		Educação Artística
		Educação Moral e Cívica
		Matemática
		Biologia

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante no ano de 2016 do arquivo escolar

**Quadro 02:** Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia (1970 a 1972)

Ano	Disciplinas Específicas	Disciplinas Gerais
1º ano	Psicologia	Educação Moral e Cívica
	Teoria da Educação	Ed. Musical
	Didática Teoria e Prática	Português
	Literatura Infantil	Matemática
	Biologia	Prática de Educação Física
		Teoria de Educação Física
		OSP (Organização Social e Política Brasileira)
2º ano	Didática Estudos Sociais e Linguagem	Educação Moral e Cívica
	Didática Ciências e Matemática	Educação Física
	Psicologia	Matemática
	Literatura Infantil	Português
	Sociologia	Ed. Musical
3º ano	Didática Estudos Sociais e Linguagem	Ed. Musical
	Didática Ciências e Matemática	Ed. M. Cívica
	Psicologia	Português

	Filosofia	Ed. Física
	Estatística	Matemática

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante no ano de 2016 do arquivo escolar.

Nota-se que, entre os anos de 1969 e 1973, o currículo do curso normal perpassava em sua maioria por conteúdos específicos para formação docente, ou seja, essa formação sobressaía à formação do 2º grau.

**Quadro 03** - Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1973 (implementação da Lei 5.692/71)

Disciplinas	1973		
	1º ano	2º ano	3º ano
Área de estudo	CH	CH	CH
Atividades			
Educação Geral			
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	90	90	120
Educação Artística	30	-	-
Geografia	60	60	-
História	-	60	-
Matemática	120	90	60
Ciências e Programa da Saúde	90	-	-
Biologia e Programa da Saúde	90	-	-
Inglês	60	-	-
Educação Moral e Cívica	30	-	-
Educação Física	60	60	60
Ensino Religioso	30	-	-
Estudos Sociais	-	-	60
Formação Especial			
Biologia	-	120	-
Ciências Físicas e Biológicas	-	-	90
Psicologia	-	120	60
Filosofia	-	-	90
Didática Teoria e Prática	-	-	240
Estrutura e Funcionamento do Ens. de 1º grau	-	-	90
Estatística	-	-	60

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante o ano de 2016 e do arquivo escolar.

No ano de 1973, momento esse em que iniciaram as modificações no currículo do curso normal da Escola Estadual Uberlândia de acordo com a lei 5.692/71 que organizou o ensino de 1º e 2º graus, estiveram presentes nos diários de classe e no regimento interno da escola, apresentando uma grade curricular para o 2º grau dividida em: Educação Geral (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Educação Artística, Geografia, História, Matemática, Ciências e programa da saúde, Biologia e Programa da Saúde, Inglês, Educação Moral e Cívica, Educação Física, Ensino Religioso e Estudos Sociais) e em Formação Especial, que seria a habilitação em Magistério (Biologia, Ciências Físicas e Biológicas, Psicologia, Filosofia,

Didática Teoria e Prática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau e Estatística). Essas disciplinas que compunham a formação especial eram ministradas apenas no 2º e 3º ano do curso de magistério.

Em 1974, houve algumas mudanças no currículo na tentativa de adaptá-lo às exigências da lei 5.692/71. O currículo passou a compor-se de:

**Quadro 04:** Disciplinas Ministradas no Curso Normal da Escolas Estadual Uberlândia – 1974 (implementação da Lei 5.692/71)

Disciplinas	1974		
	1º ano	2º ano	3º ano
Área de estudo	CH	CH	CH
Atividades			
Educação Geral			
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	90	60	-
Educação Artística	30	-	-
Geografia	60	-	-
História	-	60	-
Matemática	90	60	-
Biologia e Programa da Saúde	90	-	-
Inglês	60	-	-
Educação Moral e Cívica (E.M.C.)	60	-	-
Educação Física	60	60	60
Ensino Religioso	30	-	-
Estudos Sociais	-	-	60
Organização Social e Política Brasileira (OSPB)	-	30	-
Biologia	-	60	-
Física	90	-	-
Química	90	-	-
Formação Especial			
História da Educação	-	90	60
Psicologia	-	60	60
Filosofia	-	-	60
Sociologia	-	60	60
Metodologia (Didática Teoria e Prática)	-	360	230
Estrutura e Funcionamento do Ens. de 1º grau	-	60	60

Dados retirados dos diários de classe da Escola Estadual Uberlândia, analisados durante o ano de 2016 do arquivo escolar.

Gradativamente, a Escola Estadual Uberlândia ia adaptando seu currículo do curso normal ao exigido pela lei da reforma do ensino de 1º e 2º grau. No que se refere à formação geral no ano de 1974, foram acrescentadas as disciplinas de biologia, física e química, que se concentravam no 1º ano do curso, deixando para os dois últimos anos as disciplinas voltadas para a formação específica. A disciplina de Educação Física era ministrada nos três anos do curso, sendo essa responsável por moldar corpo e mente dos alunos.



No ano de 1975, a disciplina de biologia passou a fazer parte do conteúdo de formação especial. Houve a junção das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), sendo essas ministradas apenas no 1º ano do curso.

Durante o ano de 1976, o currículo foi dividido em áreas: comunicação e expressão (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Literatura Infantil, Educação Artística e Inglês - essa última sendo a parte diversificada do currículo de Educação Geral), estudos sociais (Geografia, História, DSPB, EMC), ciências (Matemática, Física, Química, Biologia e Programa da Saúde) e formação especial, ministrada apenas nos 2º e no 3º ano do curso, divididas em: Fundamentos da Educação I (Psicologia e Biologia), Fundamentos da Educação II (História da Educação, Sociologia e Filosofia), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau e Didática Teoria e Prática incluindo Estágio Supervisionado. Incluía também nesse currículo as disciplinas de ensino religioso e educação física que não compunham nenhum desses eixos, mas que eram disciplinas obrigatórias em todos os níveis de ensino e inclusive no curso normal.

A partir do ano de 1976 até o ano de 1980, o currículo manteve a mesma estrutura, sendo às vezes modificado apenas quanto ao ano de oferta de alguma de suas disciplinas e/ou quanto à divisão dessas em temas, mantendo sempre o mesmo formato e estrutura.

Os ex-professores entrevistados, quando perguntados a respeito da participação dos alunos e professores na organização do curso normal, são unânimes em afirmar que os alunos e professores não participavam da elaboração do plano curricular, que ele vinha elaborado de uma instância externa à escola, da Secretaria de Estadual de Educação, por meio de um manual básico. Na escola eram montados os planos de curso de cada uma das disciplinas pelos professores responsáveis por cada uma dessas juntamente com o professor de didática do curso normal, baseado sempre no manual básico emitido pela Secretaria de Estadual de Educação. E em seguida, cada professor elaborava o plano que lecionaria no curso normal durante suas aulas. Existia um controle dos conteúdos ministrados no curso normal, por meio da Secretaria Regional de Ensino de Minas Gerais, que, por intermédio dos manuais de ensino, instruía o passo a passo para cada uma das aulas que seriam ministradas nessa modalidade de ensino. Essa fala foi constante durante as entrevistas com os professores depoentes.

Em relação à perspectiva dos alunos, após conclusão do curso normal, destacou-se, em todas as falas dos professores entrevistados, que os alunos ingressavam nesse ensino para facilitar a busca por um emprego, ou seja, os alunos ao concluírem o curso normal queriam mesmo conseguir um trabalho como professor e seguir a carreira docente. Assim como já havia alunos que ainda estavam cursando o ensino normal, que já trabalhavam em escolas ministrando aulas, geralmente, em escolas particulares, de acordo com os professores entrevistados.

Esse desejo em conseguir um emprego logo ao sair do curso normal muitas vezes não se realizava, pois, para lecionar nas escolas estaduais, era preciso realizar concursos, e o professor Adeniron acredita que o curso não preparava os alunos para a realização dessas provas, o que se tornava um empecilho para ingresso na profissão.

Na Escola Estadual Uberlândia, o curso normal funcionou durante muitos anos em uma escola anexa, devido à grande procura por esse curso. Como a sede já atendia ao número significativo de alunos nos demais níveis de ensino que ofertava, foi preciso improvisar um espaço para as aulas do curso normal noturno, esse cedido pelo poder municipal, local onde funcionava durante o dia uma escola de 1º grau, que, de acordo com Adeniron, é onde atualmente funciona a Escol Estadual Enéias de Oliveira Guimarães, localizada na praça Dr. Duarte, no centro da cidade de Uberlândia.

Sobre as condições físicas e materiais dessa escola anexa, os professores entrevistados dizem da superlotação das salas de aulas para atender a demanda pelo curso normal, já que não havia espaço suficiente na sede e era necessário um outro prédio para se haver aulas, a chamada escola anexa. Para o professor Adeniron, o espaço físico era relativamente bom, mesmo com turmas lotadas. Quanto ao material, esse era precário, sempre faltava algo.

Nota-se que em todas as falas dos quatro entrevistados o quantitativo de alunos que procuravam pelo curso normal era consideravelmente grande. O curso normal era oferecido no período noturno nessa escola anexa, pois durante o dia eram oferecidos os ensinos de pré à 4ª série. Esse espaço, no entanto, não contava com toda a estrutura que o curso normal necessitava, sendo necessário o deslocamento das alunas desse prédio para a sede para a realização de aulas de laboratório e de educação física. Como essas duas instituições eram próximas, isso ocorria de modo tranquilo.

Quanto à origem socioeconômica, ou seja, sobre as condições sociais e econômicas dos alunos que frequentavam a escola normal, Adeniron os classifica em dois grupos, os que frequentavam a escola no turno da manhã e os que frequentavam no turno da noite. Para ele, os alunos que frequentavam a escola no período da manhã eram mais favorecidos, ou seja, eram alunos que ficavam por conta apenas de estudar, que pertenciam a uma classe socioeconômica mais elevada. Já os que estudavam à noite, em sua grande maioria, já realizavam atividades empregatícias no período da manhã, e à noite iam em busca de melhor condição de vida e até mesmo de um *status* melhor, por isso faziam o curso normal, para serem professores e mais bem visados socialmente.

Para a professora Carmem, os alunos que frequentavam a escola normal eram advindos de todas as classes socioeconômicas, havia pessoas de todos os tipos, inclusive de todos os estados civis. Ela destaca que, além de mulheres já casadas que queriam retomar seus estudos

e mesmo poder ter um lugar onde pudessem sair e conversar com pessoas diferentes para se socializarem, existiam também aquelas pessoas que procuravam o curso normal para se profissionalizarem e ingressarem no mercado de trabalho, assim como havia aquelas que já pensavam em um curso superior, cujo ingresso se dava após a conclusão do ensino médio, e o curso normal era uma das portas para tal. Essa professora ainda salienta que a procura pelo curso normal era sempre de mulheres.

Para a professora Maristela os interessados pelo curso normal já exerciam uma profissão durante o dia e queriam, sim, se formar para ministrar aulas, havendo um ou outro que ingressava por achar que o curso seria mais fácil que o ensino colegial.

Para a professora Yolanda, existiam algumas turmas de manhã, mas bem menos que as do período noturno. Os que procuravam pelo curso eram geralmente pessoas que já exerciam um ofício e que viam no magistério uma formação importante, principalmente os alunos do período noturno, que em sua maioria já trabalhavam.

Todos os professores dizem sobre o interesse dos alunos em estarem ali no curso normal, da busca pelo estudo mesmo após um exaustivo dia de trabalho, que não impediam de realizar as atividades propostas pelos professores. Os alunos colaboravam para o andamento das aulas.

A Escola Estadual Uberlândia possuía dependência financeira e administrativa com o Estado de Minas Gerais, porém o poder público municipal de acordo com a maioria das falas dos entrevistados, não realizou gestões no sentido de auxiliar a escola normal da cidade. Apenas a professora Yolanda afirma que o município auxiliou ao ceder o prédio da escola anexa, que pertencia a ele e onde eram ministradas aulas no período noturno.

A ampliação do ensino proposta pela ditadura militar contou com escassos recursos financeiros, principalmente no tocante à estrutura física das instituições escolares que foram sendo criadas. O que repercutiu também no município de Uberlândia, especificamente do curso normal, que necessitou de um prédio emprestado para ministrar aulas noturnas, já que a sede da escola Estadual Uberlândia não comportava o tanto de alunos matriculados nesse período no 2º grau. A escassez de materiais também é presente nas falas dos professores, assim como de reparos e melhorias.

Notamos que, apesar das dificuldades em se instalar a escola normal no município de Uberlândia, seja devido à ausência de verbas, de estrutura física e materiais, a referida cidade possuía um número significativo de alunos matriculados em seus três anos de curso, que mantinham frequência assídua, o que representou um atendimento tanto para a escolarização em nível de 2º grau desses sujeitos, quanto para a formação de professores qualificados mesmo que minimamente para lecionarem do pré-escolar à 4ª série.

## 5 CONCLUSÕES

Entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil passou pelo período da Ditadura Militar, momento esse marcado por repressões de cunho político e social e pelo controle excessivo da sociedade como um todo. O objetivo principal desse momento foi o de evitar revoluções contra o regime imposto e que começaram a atingir outros países, na tentativa de manter o controle da sociedade. Outra grande meta desse governo era o desenvolvimento e o aumento da economia do país, que até então sofria grandes perdas devido ao aumento da inflação.

A figura do excedente surgiu em dois locais cruciais para a ditadura: no ensino superior – pois não havia vagas para todos nas escolas públicas, abrindo, assim, um espaço para a iniciativa privada, que, auxiliada pelo governo, passa a suprir a necessidade de vagas no setor público assegurando-as para os alunos pobres – e no mercado de trabalho, que vai criando um exército de reserva, que será prejudicial em todos os aspectos sociais, pois, além de enfraquecer os trabalhadores durante suas negociações com os empresários, desmobiliza-os, faculta a oferta de empregos com baixos salários, favorece a exploração do trabalhador.

Sob a égide do discurso da democracia, da liberdade e da erradicação da miséria social, na realidade, o que se tem é uma intensa exploração da força de trabalho, o aumento das desigualdades sociais pela injusta concentração de renda e a criação de um enorme exército industrial de reserva.

É nessa ambiência que Uberlândia, durante esse período, se projeta no cenário nacional, bem como é possível notar a existência do controle social na medida em que a classe economicamente favorecida e a classe política da cidade criavam sempre estratégias de manter os espaços delimitados e mantinham esforços quanto ao crescimento econômico do município como para torná-la destaque nacionalmente.

As desigualdades sociais foram nesse período de governo militar se acentuando e a dificuldade de acesso à saúde e educação se agravando cada vez mais. Ao mesmo tempo em que o Governo Militar pretendia uma sociedade desenvolvida economicamente, via-se incapaz de realizá-la devido à ausência de recursos financeiros para investir principalmente em educação. Era preciso eliminar os altos índices de analfabetismo e ao mesmo tempo formar uma mão de obra qualificada para atender as novas exigências do mercado de trabalho ainda carente no Brasil.

Esses fatores interferiram também no desenvolvimento do município de Uberlândia, na medida em que este foi crescendo devido ao acentuado processo de êxodo rural. As cidades assim como Uberlândia não dispunham de atendimento para todos que para ali se transferiram, gerando alguns problemas como loteamentos ilegais, as chamadas favelas, mendicância e

vadiagem. Esses fatores contrários ao ideal burguês de ordem e progresso instalado em todo o país pela elite econômica urbana significaram a existência de marcas e representatividades de outras classes sociais.

A educação passou a ser o subterfúgio do governo para acalmar as esferas sociais, principalmente as pertencentes às universidades, que exigiam reformas para o ensino superior e demais níveis de ensino, demandando maiores investimentos na educação do país, sendo contrários aos acordos firmados entre MEC-Usaid, e favoráveis à erradicação do analfabetismo e à expansão da escola para todos, ou seja, maior acesso da classe trabalhadora à educação, sem deixar de serem favoráveis ao progresso do país.

Percebendo o poder da classe acadêmica e sua grande influência na sociedade como um todo, o governo instaura a tão almejada reforma universitária no ano de 1968 para acalmar os ânimos e evitar assim atos revolucionários, porém institui uma autonomia falsa às instituições superiores, que ficariam sob vigília do governo.

O Governo passa então a incentivar os cursos profissionalizantes em todo o país, já que esses cursos ao mesmo tempo em que ministravam conteúdo da escola regular ainda proporcionavam uma formação voltada para o mercado de trabalho. A escola normal, que formaria os professores do pré-escolar à 4ª série, se inseriu nos moldes da escola profissionalizante, ou seja, os alunos que frequentavam esse curso saíam com o diploma de 2º grau e de magistério, podendo ingressar no mercado de trabalho. Porém, no município de Uberlândia, esses alunos, ao se formarem e antes de ingressarem nas escolas estaduais para lecionarem, deveriam ser submetidos a provas aplicadas pelo governo do Estado de Minas Gerais, o que significava que ter posse do diploma não garantiria o ingresso no mercado de trabalho.

O contexto histórico-político do Governo Militar favoreceu o campo educacional na medida em que viabilizou diversas reformas da educação. Foi nesse governo que os ensinos de 1º e 2º graus foram reformulados, através da Lei 5.692/71, que veio complementar a LDB 4.024/61. Essa reforma passou a exigir 8 anos de ensino obrigatório para todo cidadão brasileiro contando da faixa etária de 7 aos 14 anos. Esse prolongamento significou a legitimidade do Estado em relação à sociedade, sendo uma estratégia de reter a mão de obra excedente no país e camuflar as desigualdades existentes em sua boa intenção de gerar igualdade de oportunidade, já que as classes subalternas não tinham acesso à escolarização, quadro esse incompatível com o ideal de “Brasil-potência” almejado pelo governo militar.

No âmbito do projeto em foco, no entanto, a democratização do ensino não dizia respeito à gestão participativa e transparente da escola, à livre circulação de ideias, ao exercício da cidadania, embora este fosse um dos objetivos da lei 5.692/71, que assumia o significado de

uma ampliação de oportunidades de acesso à escola, do aumento do número de anos de escolaridade obrigatória, da adoção de dispositivos, como a eliminação dos exames de admissão ao ginásio, que facilitassem a melhoria do fluxo escolar, numa tentativa de diminuir as taxas de repetência e evasão.

Assim, os militares vão criando uma nova cultura, de apaziguamento e harmonia, que se constitui em um campo profícuo para o desenvolvimento da ideologia nacional. Um exemplo dessa preocupação está na exposição de motivos do Ministro da Educação e Cultura, Coronel Jarbas Passarinho, que acompanha o projeto de lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus enviado ao presidente Médici e ao Congresso Nacional.

A Reforma do ensino de 1º e 2º graus, que deu origem à Lei nº. 5.692/71, tinha sua razão de ser, de acordo com o Estado militar, no momento de desenvolvimento econômico vivido pelo país. Era necessário formar profissionais capazes de atender à demanda do mercado dentro do ideal de democracia imposto pelo Estado, ou seja, dentro do exercício democrático controlado pelo governo, posto que emana dele, e proporcionado pela livre competitividade. Assim deveria ser a cidadania aprendida e praticada pelos brasileiros: centralizada no Estado e por ele vigiada.

Esse contexto nacional também pode ser notado no município de Uberlândia no período delimitado, principalmente no que tange ao desenvolvimento e ao progresso, que, assim como no restante do país, foi disseminado pelas classes políticas e econômicas da referida cidade. Estas, por deterem capital financeiro, se esforçaram e contribuíram para que se instalasse na cidade uma rede de ensino de primeiro e segundo grau bem como de ensino superior, capaz de atender em primeiro plano seus próprios interesses. Quanto mais a sociedade se capacitasse e se escolarizasse, mais benefícios essas classes teriam, principalmente no que se refere à mão de obra qualificada.

A instalação da Escola Estadual Uberlândia somente foi possível após a cessão do prédio construído pelo setor privado ao governo Estadual. O prédio, com sua construção imponente e situado na região central da cidade de Uberlândia, foi construído pela iniciativa privada, que anos mais tarde doou o prédio para o Estado, permitindo a instalação de uma instituição pública para atender o município e a região. Assim, nesse prédio passaram a ser ofertados o ensino de primeiro e de segundo graus públicos, inclusive o curso normal, foco principal dessa dissertação.

O curso normal da Escola Estadual Uberlândia, atendia alunos de todas as classes econômicas e de todas as faixas etárias, ou seja, alunos em idade escolar adequada ao ensino de segundo grau e alunos em idade mais avançada, que viam no curso normal a chance de

terminarem seus estudos ou mesmo de se aprender uma profissão ou ter um espaço para convívio social além do espaço familiar.

Esse ensino, assim como os demais, sofreu forte interferência do governo militar e um controle acirrado tanto de seus profissionais quanto de seus alunos, por meio de manuais de ensino que deveriam ser seguidos à risca tanto pelo corpo docente como pelo corpo discente, e pelas disciplinas de Moral e Cívica implementadas nos currículos de todos os níveis de ensino. Todas as instruções advindas de uma instância superior à escola deveriam ser seguidas e todos os passos realizados pela instituição de ensino comunicados a ela.

O curso normal, assim como os demais oferecidos no molde da educação profissionalizante, preparava os futuros profissionais para atuarem no mercado de trabalho, que nesse caso seriam os professores que lecionariam do pré-escolar à 4ª série. O foco principal dessa formação era o trabalho docente, que muitas vezes já vinha sendo realizado em instituições escolares sem a devida formação, pois alguns alunos do curso já trabalhavam dando aulas em escolas da cidade.

Com o passar do tempo, o número de pessoas que procuravam o curso normal foi crescendo, e a sede da Escola Estadual Uberlândia já não comportava o número de alunos, sendo necessário passar a instalação do curso normal noturno de maior procura para um novo prédio, cedido pela prefeitura municipal. Nesse espaço funcionavam no período matutino e vespertino aulas de 1º e 2º graus. O espaço em si não era adequado e não atendia a todos os requisitos como na sede, sendo ali ministradas apenas aulas teóricas. Esse espaço era conhecido como escola anexa. Além da precariedade do espaço físico, os professores do curso normal deparavam também com escassez de materiais para trabalhar, fato esse resultado do pouco investimento realizado pelos governos federal e estadual na educação do país.

Os alunos que frequentavam a escola pública naquele período eram oriundos das diversas classes sociais, desde os mais favorecidos até os menos favorecidos em termos econômicos, tendo esse primeiro grupo frequentado a escola prioritariamente no período da manhã, enquanto o segundo no período noturno, já que durante o dia esses realizavam atividades remuneradas para a manutenção de suas famílias. Existiam também alunas que já eram casadas e que viam no curso normal uma oportunidade de socializar e de se ocupar, para além do ambiente familiar. Existiam também alunos pertencentes à classe trabalhadora que viam no curso normal uma oportunidade de crescer por meio do estudo profissionalizante conseguindo o diploma de 2º grau e de docente.

Naquele tempo, a disciplina era algo comum entre os alunos, o professor não precisava exigir muito, os alunos iam para a escola para estudarem e aprenderem de fato, e o professor, para ensinar. Os alunos que frequentavam o curso normal eram interessados e sabiam o por que

ali estavam, além de serem frequentes nas aulas, o que facilitava o trabalho dos professores e o andamento das atividades da instituição.

Com o passar dos anos, a profissão docente foi decaindo em termos de *status* sociais e financeiros, e com esse declínio a procura pelo curso normal diminuiu e a oferta do curso também, passando a ser ministrado apenas no período noturno. Ser professor já não era mais atrativo em termos de *status* nem em termos econômicos, pois os salários foram decaindo, deixando de ser atrativo para a sociedade, que ia buscando outras áreas no mercado de emprego.

A ausência de materiais para trabalhar e de estruturas físicas adequadas era comunicada sempre à Secretaria Regional de Ensino por meio de documentos escritos. As solicitações eram encaminhadas para Belo Horizonte e raramente eram solucionadas, devido à ausência de recursos financeiros, fato esse que exemplifica a não priorização da educação no país pelos órgãos governamentais competentes, assim como no Estado de Minas Gerais.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos professores que lecionavam no curso normal e das mesmas enfrentadas em todos os níveis de ensino da rede pública da cidade de Uberlândia no que tange a materiais e espaço físico inadequados, é notório que a formação de professores na referida cidade representou um marco importante, pois, além de profissionalizar os professores que dariam aulas do pré-escolar à 4ª série, conseguiu atender um número significativo de pessoas em idade escolar e fora da idade escolar, contribuindo para a implementação da meta do governo federal de escolarização obrigatória de 8 anos, mesmo que não tenha conseguido alcançar toda a população, seja pela ausência de escolas para atender a todos ou mesmo pelo número significativo de evasões e repetências escolares.

Notamos que o processo de escolarização no município de Uberlândia não conseguiu sanar as evasões e repetências de seus alunos e muito menos alcançar a meta de eliminar os altos índices de analfabetismo que tanto assombravam o país e a região. O que para ser alcançado de fato dependeria de investimentos financeiros na área da educação, principalmente a elementar, de todas as esferas governamentais (municipais, estaduais e federais), o que não ocorreu de fato, principalmente pela escassez de escolas para atender a toda a população e região.

Quanto à formação docente do pré-escolar à 4ª série, era grande a escassez de profissionais qualificados para ministrarem aulas nesse ensino. Muitos alunos que ingressavam no curso normal já realizavam atividades docentes sem a formação mínima, ou seja, sem o curso de magistério. A Escola Estadual Uberlândia contribuiu muito para a formação desses profissionais, porém não conseguiu sanar, mesmo juntamente com outras instituições que mais tarde também vieram a ofertar o curso normal, a demanda de profissionais para todas as escolas de 1º grau existentes no município e na região.



## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>>. Acesso em 13 de julho, 2015.

BRASIL. Diretrizes e Bases do ensino de 1º e 2º graus. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)

GATTI, Gisele Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. A Escola Estadual de Uberlândia na perspectiva das representações sociais (1929-1950). *Cadernos de História da Educação*. v.1, nº1, p. 55058, jan./dez. 2002. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/306/295>. Acesso em 20 jul. 2016.

GATTI, Gisele Cristina do Vale; INÁCIO FILHO, Geraldo. Instituições escolares, urbanização e estratégias de modernização em Uberabinha, Minas Gerais na Primeira Metade do séc. XX. In: IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2007. *Anais...* Juiz de Fora, 2007. Disponível em: [http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/7a\\_5.pdf](http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro/conteudo/externos/4cpehemg/Textos/pdf/7a_5.pdf). Acesso em 18 jul. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PEIXOTO FILHO, José Pereira; SILVA, Wilney Fernando. Educação, Progresso e Obediência: a formação do professor para o Sertão das Minas Gerais em Meados do século XX. *Cadernos de História da Educação*, v.8, nº1. Jan/Jun, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/2283>. Acesso em 12 de nov 2018.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, Abr. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100012&lng=en&nrm=iso). Acesso 16 jul. 2016.

SOARES. Beatriz Ribeiro. *Uberlândia: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” - imagens e representações no Triângulo Mineiro*. São Paulo: USP, 1995, 290p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1995.

Adeniron Fernandes. Entrevista concedida a Clarissa Betanho Inacio. Uberlândia, 07 de março. 2017.

Carmem Lúcia Junqueira Bernardes, Entrevista concedida a Clarissa Betanho Inacio. Uberlândia, 15 de fevereiro. 2017.

Maristela Pitol. Entrevista concedida a Clarissa Betanho Inacio. Uberlândia, 12 de março. 2017.

Yolanda Bernardes. Entrevista concedida a Clarissa Betanho Inacio. Uberlândia, 15 de fevereiro. 2017.

## **SOBRE OS AUTORES**

Carlos Henrique de Carvalho é Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e graduado em História pela mesma instituição. Realizou estágio pós-doutoral em História da Educação na Universidade de Lisboa. É professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado). É Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFU, gestão 2017-2020.

E-mail: [carloshcarvalho06@yahoo.com.br](mailto:carloshcarvalho06@yahoo.com.br)

Clarissa Betanho Inácio é Mestre em História e Historiografia da Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e possui graduação em Pedagogia pela mesma instituição, campus Pontal.

E-mail: [clarissabinacio1@gmail.com](mailto:clarissabinacio1@gmail.com)

*Recebido em 23 de outubro de 2017  
Aprovado em 07 de outubro de 2018*